



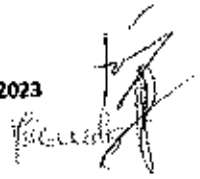
CENTRO SOCIAL
SANTA CRUZ DO DOURO

Anexo
Demonstrações Financeiras
2023



Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Ativos Fixos Tangíveis	11
5	Ativos Intangíveis	11
6	Custos de Empréstimos Obtidos	12
7	Inventários	12
8	Rédito	12
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo	13
10	Benefícios dos empregados	14
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	15
12	Outras informações	15
12.1	Investimentos Financeiros	15
12.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	15
12.3	Créditos a receber	15
12.4	Outros ativos correntes	16
12.5	Diferimentos	16
12.6	Caixa e Depósitos Bancários	16
12.7	Fundos Patrimoniais	16
12.8	Fornecedores	17
12.9	Estado e Outros Entes Públicos	17
12.10	Outros passivos correntes	17
12.11	Subsídios, doações e legados à exploração	17
12.12	Fornecimentos e serviços externos	18
12.13	Outros rendimentos	18
12.14	Outros gastos	18
12.15	Resultados Financeiros	18
12.16	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	19
12.17	Acontecimentos após data de Balanço	19



1 Identificação da Entidade

O "CENTRO SOCIAL SANTA CRUZ DO DOURO" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Instituição Particular de Solidariedade Social" com estatutos publicados no Diário da República n.º 215, Série III, com sede em Rua Camilo Castelo Branco, nº 2652, Santa Cruz do Douro. A Associação tem como objetivos:

- Apoiar crianças e jovens;
- Apoiar a família;
- Apoiar a integração social e comunitária;
- Proteger os cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- Promover e proteger a saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação;
- Promover a educação e a formação profissional dos cidadãos;
- Promover a resolução dos problemas habitacionais das populações;
- Formar praticantes e promover a inscrição de equipas e/ou praticantes em atividades federadas.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).



3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.



3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o cotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas Demonstrações Financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas Demonstrações Financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.



3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período em cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3



3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.


As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	5
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6
Ferramentas e utensílios	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".



3.2.4 Investimentos financeiros

O DL 115/2023, de 15 de dezembro alterou os regimes jurídicos dos Fundos de Compensação do Trabalho definidos na Lei 70/2013 de 30 de agosto.

A natureza e finalidade do FCT são profundamente alteradas, destacando-se a cessação definitiva das obrigações de registo dos empregadores e dos contratos de trabalho e da obrigação de efetuar entregas. As contas de registo individualizado por trabalhador são fundidas numa única conta global do empregador e as dívidas ao FCT são extintas.

3.2.5 Inventários

Os inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de contrato de seguro exceto se o contrato resultar numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais relacionados com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.



Cientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

3.2.9 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIIRC), estão isentos de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2022	Adições	Abate	Transferência	31-12-2023
Terrenos e recursos naturais	16.167,40				16.167,40
Edifícios e outras construções	1.807.479,49				1.807.479,49
Equipamento Básico	407.958,24	7.759,55			415.717,79
Equipamento de Transporte	238.866,49	78.209,86	16.775,00		300.301,35
Equipamento Administrativo	38.348,17				38.348,17
Equipamento Informático	24.483,75				24.483,75
Ferramentas e utensílios	9.116,29				9.116,29
Ativo Tangível Bruto	2.542.419,83	85.969,41	16.775,00	0,00	2.611.614,24
Investimentos em curso	40.581,45	7.018,12	0,00	0,00	47.599,57
Investimentos em curso	40.581,45	7.018,12	0,00	0,00	47.599,57
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e outras construções	435.802,36	39.696,02			475.498,38
Equipamento Básico	321.942,22	23.969,11			345.911,33
Equipamento de Transporte	232.199,26	17.879,20	16.775,00		233.303,46
Equipamento Administrativo	38.185,57	150,12			38.335,69
Equipamento Informático	23.945,54	308,97			24.254,51
Ferramentas e utensílios	9.116,29				9.116,29
Depreciações Acumuladas	1.061.191,24	82.003,42	16.775,00	0,00	1.126.419,66
Ativo Tangível Líquido	1.521.810,04	10.984,11	0,00	0,00	1.532.794,15

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2022	Adições	Abate	Transferência	31-12-2023
Programas de computador	7.068,85				7.068,85
Ativo Intangível Bruto	7.068,85	0,00	0,00	0,00	7.068,85
Depreciações Acumuladas					
Programas de computador	7.068,85				7.068,85
Depreciações Acumuladas	7.068,85	0,00	0,00	0,00	7.068,85
Ativo Intangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2023			2022		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	132.500,00	388.727,39	521.227,39	100.000,00	378.170,39	478.170,39
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Financiadores	0,00	14.593,62	14.593,62	0,00	20.116,54	20.116,54
Total	132.500,00	403.321,01	535.821,01	100.000,00	398.286,93	498.286,93

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2022				2023		
	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3.326,17	109.602,53	297,10	3.670,36	116.888,54	15.957,41	3.516,52
Total	3.326,17	109.602,53	297,10	3.670,36	116.888,54	15.957,41	3.516,52
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				109.555,44			132.999,79

8 Rébito

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Rébitos:

Descrição	2023	2022
Prestação de Serviços	509.126,91	452.351,83
Quotas de Utilizadores	507.673,16	450.171,83
Quotas e jias	1.453,75	2.180,00
Outros Rébitos	11,46	0,00
Juros obtidos	11,46	0,00
Total	509.138,37	452.351,83



9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	31-12-2023			31-12-2022		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados
ISS, IP	Não reembolsável	0,00	0,00	574.014,00	0,00	0,00	574.841,71
C M Baião	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.528,60
União Freguesias Sta. Cruz Douro e S. Tomé Covelas	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
IEFP	Não reembolsável	0,00	0,00	38.968,45	0,00	0,00	35.677,00
IAPMEI	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.520,00
FSS - Fundo Socorro Social	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	362.000,00
PIDDAC (Ativos Fixos Tangíveis - Edifício)	Não reembolsável	300.970,56	0,00	11.036,95	312.007,51	0,00	11.036,95
IFAP/PRODER (Ativos Fixos Tangíveis - Edifício)	Não reembolsável	163.501,47	0,00	3.987,84	167.489,31	0,00	3.987,84
C M Baião (Ativos Fixos Tangíveis - Edifício)	Não reembolsável	180.895,00	0,00	3.941,86	171.180,68	0,00	3.941,86
NORTE 2020 (Ativos Fixos Tangíveis - Requalificação quartas ERPI)	Não reembolsável	435.966,57	0,00	8.047,95	385.720,93	0,00	8.047,95
ISS, IP - PRA	Não reembolsável	20.000,00	0,00	5.800,00	25.000,00	0,00	0,00
TOTAL		1.101.333,60	0,00	644.997,05	1.061.398,43	0,00	1.014.081,91



10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos Órgãos Diretivos, nos períodos de 2023 e 2022 foram de "11". Durante o período de 2023 mantiveram-se os Órgãos eleitos para o quadriénio 2020/2023, que têm a seguinte composição:

Assembleia Geral

Presidente – Daniela Cristina Monteiro Carvalho;

1º Secretário – Isabel Adriana Queirós Magalhães;

2º Secretário – Elisabete Coutinho Gomes.

Direção

Presidente – Artur Manuel da Silva Carvalho Borges;

Vice-Presidente – Hipólito Manuel Moreira da Costa;

Secretário – Maria Odete da Conceição Marques Pereira Cardoso;

Tesoureiro – Maria Emília da Rocha Teixeira;

Vogal – Igor Filipe Ribeiro Teixeira.

Conselho Fiscal

Presidente – António Cardoso Pereira de Melo;

1º Vogal – Antónia Pinto Ribeiro Cardoso;

2º Vogal – Susana Maria Teixeira Pereira.

Os Voluntários ao serviço da instituição no ano 2023 são os seguintes:

Voluntários	Funções desempenhadas	N.º horas anuais
8	Auxiliar Serviços Gerais	1922

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2022 foram de "62" e em 2023 foram de "60".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações ao pessoal	781.790,06	769.136,45
Indemnizações	1.474,63	1.606,48
Encargos sobre as Remunerações	165.300,80	162.840,77
Seguros de Acidentes no Trabalho	7.815,73	7.845,61
Outros Gastos com o Pessoal	2.363,87	3.184,07
IEFP – Estágios/CEJ/CEJ+	22.100,11	28.146,82
Total	980.845,20	972.760,20

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que em 31 de dezembro de 2023 tinha em mora perante a Segurança Social a quantia de 59.033,15€.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2023	2022
Outros investimentos financeiros		
Investimentos noutras Empresas		
Gestos Notáveis, Lda.	* 0,00	* 0,00
Caixa Crédito Agrícola Mútuo	1.000,00	1.000,00
Fundo Compensação do Trabalho	9.441,74	10.598,37
Total	10.441,74	11.598,37

* No exercício de 2023 a empresa Gestos Notáveis – Unipessoal, Lda. obteve um resultado líquido negativo, no entanto tendo prejuízos acumulados no montante de 17.263,85€, com a aplicação do Método da Equivalência Patrimonial o valor do Investimento Financeiro é reduzido até à concorrência do seu saldo.

12.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Ativo		
Quotas	303,75	183,75
Total	303,75	183,75

12.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2023 e 2022 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Cientes e Utentes c/c:		
Cientes	210,00	0,00
Utentes	5.006,93	5.666,17
Total	5.226,93	5.666,17

12.4 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinham, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Adiantamentos a Fornecedores	3.550,00	5.500,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	11.500,00	11.500,00
Devedores por Acréscimos de Rendimentos	765,00	460,00
Entidades do Setor Público Administrativo - IEFP		
ISS, IP – Dotação a receber	0,00	364,56
ISS, IP – PRR	7.500,00	7.500,00
IEFP	17.818,92	5.023,03
POISE - FSE	0,00	22.624,31
NORTE 2020	19.468,23	20.119,88
Outros Devedores	1.065,36	0,00
Total	61.667,51	73.091,78

12.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Gastos a Reconhecer		
Seguros	2.343,12	1.882,94
Total	2.343,12	1.882,94
Rendimentos a Reconhecer		
IEFP	10.732,78	5.381,82
POISE - FSE	0,00	17.700,92
ISS, IP – Dotação	11.406,26	20.778,39
Quotas 2022	0,00	0,00
Total	22.139,04	43.861,13

12.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Caixa	7.484,50	6.350,61
Depósitos à ordem	5.831,79	7.223,94
Depósitos a prazo	0,00	4.500,00
Total	13.316,29	18.074,55

12.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Resultados transitados	-612.398,60	76.317,44	0,00	-536.081,16
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.074.938,63	74.484,27	-34.549,10	1.114.873,80
Total	462.540,03	150.801,71	-34.549,10	578.792,64

12.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c	282.239,35	248.796,36
Total	282.239,35	248.796,36

12.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2.647,94	3.482,41
Total	2.647,94	3.482,41
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	3.062,88	4.987,26
Segurança Social	102.919,84	97.914,63
Fundo Compensação do Trabalho	0,00	29,37
Total	105.982,72	102.931,26

12.10 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobram-se da seguinte forma:

Descrição	2023		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar	0,00	97.900,90	0,00	58.734,44
Fornecedores de Investimentos	0,00	16.041,96	0,00	13.260,11
Fornecedores de Investimentos – Depósito Garantia	0,00	3.367,57	0,00	16.669,10
Credores por acrescimo de gastos	0,00	135.988,14	0,00	116.163,63
Entidades do Setor Público Administrativo – ISS, IP - reposição dotação	0,00	0,00	0,00	1.051,38
Outros credores	0,00	200,00	0,00	848,56
Total	0,00	253.498,57	0,00	206.727,22

12.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2023 e 2022 os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2023	2022
Subsídios das Entidades Públicas	612.982,45	987.067,31
Doações e heranças – Donativos	159.565,09	35.700,54
Total	772.547,54	1.022.767,85

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

12.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Subcontratos	3.296,87	0,00
Serviços especializados	83.318,56	66.231,74
Materiais	7.218,34	10.926,66
Energia e fluidos	80.500,78	68.727,32
Deslocações, estadas e transportes	1.229,40	2.034,03
Serviços diversos	92.028,52	81.695,24
Encargos com utentes	17.586,33	15.194,15
Total	285.178,80	244.809,14

12.13 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Outros rendimentos	86.358,88	27.687,42
Descontos pronto pagamento obtidos	0,00	51,75
Rendimentos em investimentos não financeiros	49.600,00	0,00
Outros	36.758,88	27.635,67
Juros e rendimentos similares obtidos	11,46	0,00
Juros obtidos	11,46	0,00
Total	86.370,34	27.687,42

12.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Impostos	1.313,48	803,77
Outros	10.438,64	7.361,56
Total	11.752,12	8.165,33

12.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2023	2022
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	21.480,84	13.792,97
Total	21.480,84	13.792,97
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	11,46	0,00
Total	11,46	0,00
Resultados Financeiros	-21.469,38	-13.792,97

12.16 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano 2023, foi o seguinte:

Pré-Escolar – 21 utentes;

ERPI – 43 utentes;

Centro de Dia – 9 utentes;

Serviço Apoio Domiciliário – 46 utentes;

Cantina Social – 2 famílias.

12.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Santa Cruz do Douro, 31 de dezembro de 2023

O Contabilista Certificado

A Direção